



Anais da Assembleia

Nº 125

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1981

QUINTA-FEIRA

Especial criado pelo Decreto-Lei n.º 1.434, de 11.12.1979.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados José Domingos Scarpelini e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) -- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO -- procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO -- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

SÚMULA:

Apelo aos Ministros da Fazenda e Planejamento, relativo a cotas do Fundo de Participação dos municípios.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado apelo aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Fazenda e do Planejamento no sentido de que as cotas atribuídas aos municípios, originárias do Fundo de Participação dos Municípios, para o exercício de 1982, sejam acrescidas de percentual condizente com os atuais índices inflacionários, utilizando-se os recursos do Fundo de Reserva

JUSTIFICATIVA:

A inflação superior a cem por cento; como um município pode sobreviver com uma elevação de 3,2 por cento como é o caso de alguns.

I -- A previsão das Cotas-Partes do FPM segundo as faixas populacionais fixa o coeficiente de 0,6 até 10.188 ha; após essa faixa populacional até 156.216 verifica-se a redução de 0,2 em todas as faixas, que de acordo com o Decreto 1.881, de 17.08.81, estabelece o coeficiente máximo de 3,8. Essa redução acarretará sensível diminuição na arrecadação de inúmeros municípios que terão as suas programações comprometidas em decorrência desse fato.

Torna-se premente que se estude uma modificação dos critérios de distribuição do FPM, assegurando-se, como parâmetro básico no mínimo, os índices inflacionários do período; ou seja, os municípios teriam como assegurado um aumento na sua participação por conta dessa fonte de receita de no mínimo o valor inflacionário ocorrido no período, embora reduzido o seu coeficiente.

II -- Outros aspectos que poderiam ser analisados dizem respeito ao Fundo de Reserva Especial criado pelo Decreto Lei n.º 1434, de 11.12.79, que destina aos Estados das Regiões Norte e Nordeste 20 por cento dos recursos do FPE.

Esse Decreto-Lei possibilita o aporte significativo de recursos aos Estados das Regiões Norte e Nordeste por conta dessa fonte de receita em detrimento a uma participação mais equânime aos seus próprios municípios e demais municípios brasileiros que viram as suas receitas reduzidas até mesmo abaixo da inflação vigente. Faz-se até mesmo, como prática social, que melhor se analise o espírito distributivo dos recursos do FPM:

III - Outro pormenor que deve ser analisado é a participação de 10 por cento aos municípios das Capitais dos Estados no FPM tratada no Ato Complementar n.º 35, de 28.02.67 e 90 por cento para dividir por 4.000 municípios brasileiros.

Os investimentos da União e dos Estados concentram-se nos Municípios das Capitais dos Estados, não justificando o repasse atribuído por esse Decreto-Lei.

Ao Paraná que exportou 2 bilhões e meio de dólares em 1980 e importou menos de 500 milhões de dólares, porque não recebeu um atendimento condizente, que poderia ser através da destinação do fundo especial de 2 por cento criado pelo Decreto Lei n.º 1.434, de 11.12.79; compensando os pequenos e médios municípios que não tiveram um reajuste de acordo com os índices inflacionários.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER consignação de voto de solidariedade à

Associação dos Madeireiros do Interior Matogrossense.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de solidariedade à Associação dos Madeireiros do Interior Matogrossense, que pleiteiam junto ao Governo Federal a imediata recuperação da BR-163 — trecho que liga Cuiabá a Sinop, no Estado do Mato Grosso.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1981.

a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Grande parte dos integrantes da Associação dos Madeireiros do Interior Matogrossense são oriundos de nosso Estado, onde contribuíram com o progresso dedicando-se à exploração e industrialização da madeira. Além disso, muitos agricultores, radicados naquele Estado, também são oriundos daqui, sofrem a falta de infra-estrutura viária. Eis porque nos somamos em SOLIDARIEDADE ao apelo que fazem para recuperação da BR-163, que liga as cidades de Cuiabá a Sinop, rodovia de vital importância para o escoamento da produção madeireira e agrícola da região norte daquele Estado. As dificuldades de escoamento por aquela rodovia já estão surtindo seus efeitos na indústria de laminados e compensados de alta qualidade, em nosso Estado.

Por isso apoiamos na íntegra o telex enviado ao Governo daquele Estado, Ministério dos Transportes, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Ministério da Agricultura pela Associação dos Madeireiros do Interior Matogrossense, cujo conteúdo passamos a transcrever na justificativa de nosso requerimento:

“Associação Madeireiros Interior Matogrossense assim apela Vocência sentido medidas urgentes fins recuperação BR-163 — trecho Cuiabá-Sinop vg qual encontra-se estado total abandono vg prejudicando sensivelmente classe e população norte do Estado Pt Desesperados proximidade temporada chuvas vg quando BR-163 ficará intransitável totalmente vg caso não ocorrer imediata medida para preservação compreendendo encascalhamento pontos críticos PT Informamos Vocência estado deplorável BR-163 vem causando avolumados prejuízos econômicos financeiros na região vg inclusive acentuada queda arrecadação estadual vg qual caiu 40% último mês PT”

a) JOSÉ ALBERTO PIETOSO - Presidente”

REQUERIMENTO

SÚMULA. Requer um voto de regozijo desta Assembléia Legislativa aos professores do Paraná pela passagem do “Dia do Professor”.

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, em nome da Banca do PMDB nesta Assembléia, REQUEREM, após ouvido o Plenário e segundo as disposições regimentais, que se aprove um voto de regozijo pela passagem do “Dia do Professor”. Requer, também, que sejam comunicadas todas as entidades representativas dos professores no Estado.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1981.

aa) NESTOR BAPTISTA, LINEU TURRA, GERNOTE KIRINUS, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, DARCY DEITOS, TADEU LÚCIO MACHADO, FIORI LUIZ e RENATO BUENO.

JUSTIFICATIVA:

O pedido de um voto de regozijo desta Assembléia, pela passagem do “Dia do Professor”, nem necessitaria de justificativa, tal a importância desta categoria para o conjunto da sociedade. Mas, acreditamos, que neste ano, este voto deva se constituir, também, numa forma de demonstrar aos mestres que este Poder reconhece que além de seu papel, eles hoje são

vítimas de um processo que lhes retirou os direitos mínimos de compensação salarial justa, de respeito pelas autoridades instituídas, o que ficou largamente demonstrado nos dias de greve que agitaram esta Assembléia e todo o Estado.

Acreditamos, nós, do PMDB que os professores devam receber este voto de regozijo porque nos deram lições importantes de postura democrática, de dignidade, de disposição de luta para fazer valer não só os seus interesses, mas de toda a sociedade paranaense. Contra a violência e o arbítrio, se mantiveram firmes para conquistar melhores condições de vida e trabalho. E mais, por melhores condições para a educação, tão degradada pela redução de verbas, pela decisão política de fazer da educação uma atividade não prioritária para o País e para o Estado.

Este o conteúdo de nossa proposição. Aos mestres do Paraná devemos reconhecer seu importante papel também no que diz respeito a sua disposição de fazer de nossa sociedade mais digna, mais justa, liberta dos interesses tão vis e tão mesquinhos que fizeram dos professores e da educação funções degradadas.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer a inserção na Ata de um voto de congratulações ao Prefeito Jehovah Almeida Gomes, de Cambé.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações ao Prefeito de Cambé, Jehovah Almeida Gomes, pelo aniversário de emancipação política daquele município.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1981.

a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja enviado ao Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Governo, pedido de informações sobre as despesas em publicidade do Governo do Estado especialmente as contas da agência Meta Publicidade.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, um pedido de informações sobre as seguintes questões.

1 — Que sejam especificados os gastos em campanhas publicitárias e por agências, tanto elaboradas e contratadas neste ou em outros Estados.

2 — Qual é a situação das contas de publicidade do Governo Estadual?

3 — É fato que o Tribunal de Contas impugnou, por irregularidade, as contas de propaganda executadas através da Agência Meta Publicidade?

4 — Se procede tais afirmações, quem autorizou tais despesas?

5 — O Governo investigou a acusação de que altos funcionários estariam recebendo comissões dessa agência, Meta Publicidade, que atende principalmente contas oficiais?

6 — O Governo ordenaria uma auditoria nas contas apresentadas pela Meta Publicidade, para verificar sua compatibilidade em relação às tabelas vigentes nos meios publicitários?

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

A informação corrente de que o Tribunal de Contas constatou graves irregularidades na prestação de contas sobre as despesas governamentais com publicidade, especialmente aquelas que envolvem as relações com a empresa Meta Publicidade, exige deste Legislativo uma atitude que conduza ao esclarecimento sobre a questão. Neste sentido, nada melhor que o Executivo preste informações a este Parlamento, tornando clara a compreensão dos Senhores Deputados sobre um tema que vem despertando o interesse e o constrangimento em vários setores de nossa sociedade. Acreditamos que o Governo nada tem a esconder sobre a questão e será o primeiro interessado em responder sobre o assunto. O que não pode prevalecer é a omissão nas explicações tão aguardadas por todos nós.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja enviado expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil S.A. e Superintendente Regional daquele Banco, no sentido de que sejam liberados recursos destinados à eletrificação rural, através da Cooperativa de Eletrificação Rural de Chopinzinho Ltda.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil S.A. no Distrito Federal e também ao Superintendente Regional do Banco do Brasil, solicitando a liberação de recursos no valor de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), através da Cooperativa de Eletrificação Rural de Chopinzinho Ltda., "CERCHO", visando energizar mais 214 economias rurais que estão carecendo de eletrificação rural.

Este plano beneficia uma população de 1967 (um mil, novecentos e sessenta e sete) pessoas residentes na região que, além do conforto e lazer, será beneficiado também com uma considerável economia, por propriedade, no uso da gasolina e óleo diesel, bem como levará à população grande aumento de produtividade e progresso.

Requer-se ainda, seja enviada cópia deste requerimento à Cooperativa de Eletrificação Rural de Chopinzinho Ltda..

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1981.

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer à Mesa se oficie ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado no sentido de decretar a intervenção no Município de Terra Rica, pelo não cumprimento do que dispõe o inciso VI do art. 118 da Constituição Estadual.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, se oficie ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando seja decretada a intervenção no Município de Terra Rica, face ao não cumprimento pelo Sr. Chefe do Executivo Municipal do que dispõe o inciso VI do art. 118 da Constituição Estadual, pois os professores da rede de ensino municipal estão há vários meses sem perceberem seus proventos, num flagrante desrespeito aos preceitos constitucionais.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Professores e demais funcionários da Prefeitura Muni-

pal de Terra Rica estão passando toda a sorte de vexames e aflições, pois há vários meses não recebem seus salários, já que o Sr. Prefeito Municipal, insensível aos clamores daqueles que dedicam suas atividades em benefício daquela comunidade, não percebe seus salários há vários meses — o que consubstancia um clamoroso e frontal desrespeito ao que dispõe o art. 118 da Constituição Estadual, em seu inciso VI — o qual faculta ao Governo do Estado pronta intervenção e conseqüente afastamento da autoridade infratora.

Projetos de Lei.**PROJETO DE LEI N.º 119/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A partir de 1.º de janeiro de 1982, a Cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias a que fizerem jus os municípios paranaenses, serão creditadas de acordo com os seguintes critérios:

I — No mínimo três quartos, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias realizadas em seus respectivos territórios;

II — No máximo um quarto, de acordo com os seguintes critérios:

a) 50% (cinquenta por cento), sobre um quarto, proporcionalmente a população do município em relação à população do Estado do Paraná,

b) 50% (cinquenta por cento), sobre um quarto, proporcionalmente à área territorial do município em relação à área territorial do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1982, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1981.

a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a grande queda nos índices dos pequenos municípios paranaenses com relação à participação no Fundo de Participação dos Municípios, em consequência do êxodo rural, diminuição esta que não sofreram os médios e grandes municípios do Estado. É justo então já que a Constituição Federal preconiza uma melhor distribuição do ICM, para evitar através de lei aquilo que não é possível na prática, a influência econômica dos grandes municípios sobre os pequenos, pois sabemos que a principal atividade econômica nos pequenos municípios é a agropecuária, desta maneira então os pequenos municípios produzem e comercializam sua produção nos grandes centros, bem como adquirem quase tudo nos grandes centros, ficando ali o grande residual do lucro o que vem influenciar na fixação dos índices de participação no ICM, ficando os grandes municípios com a maior parcela do referido imposto.

Não queremos com isso dizer que esteja sobrando recursos para os grandes centros, pois sabemos das dificuldades de todos, mas salientamos que os médios e grandes municípios têm outras fontes de recursos, tais como: maior imposto predial e territorial urbano - IPTU — por possuírem área urbana maior, maior imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS, por estarem nos grandes centros os maiores prestadores de serviços, maior facilidade em conseguir empréstimos sejam eles internos ou até mesmo externos. Devemos considerar que as alterações ora propostas não virão trazer grandes modificações, se um município grande se iguala ou perde para um pequeno em área, fatalmente ele recupera no índice população, portanto, um dos fatores que estão previstos corrigirá o outro.

Sabemos mais que os orçamentos dos pequenos municípios, todos eles dependentes das transferências, são feitas pelo Estado e pela União, ou seja ICM e FPM, assim sendo, tornam-se necessárias tais alterações.

PROJETO DE LEI N.º 120/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Parque Estadual do Cadeado, abrangendo a Serra do Cadeado até a Serra dos Mulatos, na divisa dos Municípios de Ortigueira e Marilândia do Sul.

Art. 2.º — O Governo do Estado providenciará a demarcação da referida área, procedendo as desapropriações que se fizerem necessárias, inclusive a área de terra pertencente à TELEPAR — onde está instalada a torre transmissora dessa autarquia.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a preservação dessa importante reserva florestal que vem sofrendo, periodicamente, a ação devastadora de intrusos que, além de promoverem a desmatação estão ameaçando de extinção as reservas animais que ali têm seu habitat.

Mesmo a despeito de se tratar de áreas de difícil acesso, as incursões desses depredadores vêm ocasionando graves preocupações à comunidade local, face à ameaça de extinção total da fauna e da flora, até então exuberantes e que tanto significam para o futuro de toda uma região. Vale lembrar aqui os recentes congressos e importantes conclave que fixaram a defesa do Meio Ambiente e cuja preocupação maior tem sido a de alertar as autoridades para o perigo que se vislumbra, num futuro — e se providências não forem de imediato adotadas, de se transformar o Paraná num Estado árido, sem vegetação e sem vida animal e até mesmo, sem perspectivas de efetivar seus planos de se transformar num dos maiores celeiros do Brasil e quiçá, do mundo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, inscrito.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quase ao final do ano passado, tivemos a oportunidade de apresentar nesta Casa, um requerimento dirigido à Secretaria da Indústria e Comércio e PARANATUR, solicitando a inclusão do Município de Prudentópolis no roteiro turístico do Estado.

Hoje, passado mais de um ano, voltamos a esta tribuna para cobrar, do Governo Estadual, um posicionamento definitivo a respeito do assunto, uma vez que até agora, nossa sugestão não foi acatada.

Recentemente, divulgou-se uma pesquisa a nível nacional, demonstrando que do Paraná, duas cidades despontavam na preferência dos turistas. Curitiba e Foz do Iguaçu.

Pois bem, o Município de Prudentópolis está localizado exatamente à beira de uma das rodovias que faz a ligação entre a Capital e Foz. Este é um motivo a mais para que nossas autoridades do setor do turismo voltem seus olhos para a cidade que representamos nesta Casa.

Além de ser o foco da imigração ucraniana e de conservar os marcos de sua arquitetura e tradição, Prudentópolis é um município dotado de vários atrativos turísticos de importância a ser considerada pela PARANATUR.

Várias belezas naturais estão naquele município, proporcionadas principalmente pelos rios dos Patos, São João e São Francisco. Estes três rios formam os belíssimos saltos de São João, com 84 metros, São Francisco, com 194 metros — que é o maior de todo o País — o salto Barão do Rio Branco, com 64

metros e o Salto da Usina, que proporciona uma beleza inigualável pela sua visão panorâmica.

Todos estes atrativos turísticos precisam ser olhados com carinho tanto pela PARANATUR, como pela Secretaria de Indústria e Comércio, a quem compete determinar novas fontes para o desenvolvimento de nosso turismo e, conseqüentemente, novas formas de arrecadação de divisas.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, volto hoje a esta tribuna, com o objetivo de fazer um apelo, em nome de toda a comunidade de Prudentópolis, que tem neste Parlamentar o seu representante, no sentido de que as autoridades estaduais responsáveis pelo setor determinem a inclusão daquele Município no roteiro turístico do Estado, bem como proporcionem condições para que os turistas de todo o País possam desfrutar das belezas de Prudentópolis.

Temos certeza absoluta que o incentivo a esta atividade será benéfico para todos, possibilitando ainda àquela região um desenvolvimento econômico e social dos mais amplos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está sendo articulado um movimento nacional para combater a estatização do Parque Gráfico, especialmente no que toca as empresas públicas e os órgãos de administração direta da União, dos Estados e dos Municípios.

Aqui, no Paraná, por nosso intermédio, já há dois anos o Sindicato das Indústrias Gráficas vem gerenciando junto ao Governador Ney Braga, para que, em primeiro lugar, seja controlada a expansão do Parque Gráfico da imprensa oficial do Estado, e ao mesmo tempo, para que o Governo impeça a instalação de novos equipamentos em entidades de administração direta e indireta.

Este tipo de gestão governamental significa uma concorrência desleal para com a iniciativa privada.

E além do mais, significa uma forma de evitar a geração de impostos pela indústria particular e ao mesmo tempo, a geração de empregos por esta própria indústria.

Hoje, a nível de Brasil, as federações estaduais, preocupadas com esta matéria, as federações industriais, fazem um movimento para que os Senhores Governadores brasileiros, definitivamente, determinem providências para que não só haja o que já há no Paraná, que é o controle desta expansão antes denunciada, mas, como também, para que, gradualmente, sejam desativados os Parques Gráficos já existentes.

Ao ocupar a tribuna desta Casa, queremos fazer repercutir este movimento, e trazer o nosso apoio ao Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Paraná, pelo trabalho que vem desenvolvendo, não só para preservar a sua atividade industrial peculiar, mas, como também, para defender os interesses de uma atividade econômica, que não pode ter no Estado um concorrente, senão um mero cliente.

E vale, aqui, lembrar, uma expressão muito feliz, feita em certa ocasião pelo ex-Governador Parigot de Souza, "que ao Estado compete contratar e não executar serviços".

E com esta intenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estaremos, na próxima semana, em contato com o Governador Ney Braga, ao lado da Diretoria do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"A família do saudoso Deputado Domício Scaramella vem de público, profundamente emocionada, agradecer as homenagens póstumas tributadas ao seu inesquecível chefe, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a inauguração de uma placa e painel fotográfico no gabinete da Segunda Secretaria, que tem, agora, o seu nome.

Outrossim externa seu eterno reconhecimento à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às autoridades civis, militares e eclesiásticas; à imprensa escrita, falada e televisada, bem como aos funcionários do Poder Legislativo e aos amigos do saudoso chefe, que compareceram à Santa Missa celebrada na Capela do Palácio 19 de Dezembro, e às homenagens que, posteriormente, foram tributadas por este Poder".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa do Paraná, os Srs. Deputados que têm assento nesta Casa, e as autoridades que, ontem, estiveram a homenagear tão ilustre paranaense, tão ilustre pai de família, homem que realmente serve de estrela-guia na nossa vida, as autoridades que ontem compareceram, prestigiando, acreditamos nós, aquela homenagem foi um gesto que realmente marcou na vida pública do Estado do Paraná, porque não foi a família de Domício Scaramella que foi homenageada, foi o Estado do Paraná e este Poder que foi homenageado, pela passagem que teve por esta Casa, de tão ilustre Par, homem humano, dedicado à causa pública e aos interesses de seu Estado.

A família Scaramella me incumbiu de fazer este agradecimento a todos os paranaenses que, ontem, compareceram nas homenagens póstumas do primeiro ano de falecimento do nosso querido amigo, companheiro e compadre, DOMÍCIO SCARAMELLA.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Enquanto as mais selvagens economias capitalistas do mundo, entre as quais incluímos a nossa, despeja a Nação e seu povo no poço do desespero e da desesperança, semeando o desemprego e a carestia, o Prêmio Nobel de Economia de 1981 é reconhecido por afirmar que tudo está errado.

A premiação, que em outras épocas passaria despercebida, é comentada em todo o mundo, ganhou as primeiras páginas. E por quê? James Tobin, 63 anos, professor da Universidade de Yale, dos Estados Unidos, está provando por "a" mais "b" que adotar políticas monetaristas e recessivas para diminuir os efeitos da inflação é, no mínimo, anti-humano, e, no máximo, inútil.

Em tempos de crise onde o desemprego se torna a maior preocupação de toda a força de trabalho dos países capitalistas, quando no Brasil não são sequer necessários números para quantificar o grau de esquecimento do povo, nos surge como um alento a premiação de um homem que contesta o uso do tratamento de choque para curar feridas prolongadas. Feridas que são frutos do próprio sistema capitalista.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não seria novidade se no Brasil ocorresse o mesmo que marcou o passado deste professor James Tobin. Este homem foi afastado da administração Kennedy por propor, já àquela época, quando a economia mundial ainda engatinhava para esta crise, a descentralização da economia aberta, através da desconcentração das grandes empresas. Ou seja. Uma economia menos selvagem, uma riqueza menos concentrada nas mãos de tão poucos.

Dizia, já naquela época, Tobin, que não era o desemprego nem o mercado de trabalho os elementos da economia a serem escolhidos para pagar pela crise. Dizia ele, já naqueles anos 60,

que os desvios provoados pelo desagregamento do mercado do capital tinha de encontrar saídas que não estavam na oferta de empregos. E recomendava, pensemos na economia para buscar uma nova fórmula de administração, ao mesmo tempo que mantemos o pleno emprego. Basta de teorias de maximização de produção com minimização de custos através do trabalhador!

E o interessante, Senhores, é que, além de não ouvi-lo, o sistema capitalista premiava em 1976 exatamente seu arqui-inimigo, Milton Friedmann, o mais saudado dos economistas contemporâneos, e que há bem pouco tempo fez grandes plateias no Brasil.

E o que tem o Brasil com a nova conclusão da Real Academia Sueca de Ciências?

Sabemos todos, e muito bem, que o Brasil não passa de uma economia dependente. E ainda, nesta segunda-feira, à noite, a conceituada professora Maria Conceição Tavares, pela televisão, afirmava, o Brasil, como está, só sairá da crise quando os Estados Unidos saírem. E está a reboque, porque seu modelo também está a reboque na grande nação capitalista.

Assim dizendo, a economista também previa uma mudança na conceituação das saídas para os desvios profundos da economia mundial. E nós, que temos afirmado, no dia a dia de nossa luta parlamentar, que é preciso lembrar que atrás de teorias monetaristas existem homens, trabalhadores, famílias, sentimos que estávamos e estamos no caminho certo. Verificamos que companheiros de Partido, e que hoje se constituem nos homens que formulam e formularão para o futuro as saídas para este País, como Celso Furtado, também estão certos.

Sabemos, é claro, que mesmo ofertando pleno emprego, pagando com salários e não com o empobrecimento a força de trabalho, ainda estaremos aquém das propostas ideais de transformação da sociedade. Sabemos que as reais mudanças deverão desembocar numa inversão dos valores vigentes.

Mas tomar conhecimento de que se reconhece em James Tobin, um economista, a proposta mais correta para a saída dos problemas imediatos, e que estas saídas têm que respeitar o homem, nos é alentador.

Aqueles que preferem política monetarista para combater a inflação mundial, aqueles que buscam apenas em números as soluções para os graves problemas do Brasil, aqueles que não tão coincidentemente estão hoje a estabelecer as normas para este enfrentar a crise, obviamente não concordarão com o Prêmio Nobel da Economia.

Pois James Tobin afirma, desafiando os Milton Friedmann da vida, que "para os chefes de família e para as empresas, os mecanismos dos investimentos privados são mais importantes do que os bancos. E que a sociedade é feita de gente. Logo, o homem é o fim. E antes, o meio".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os comentários a respeito dos acontecimentos que envolveram os participantes do 32.º Congresso Estadual de Estudantes de primeiro e segundo graus, na cidade de Paranavaí, suscitaram avaliação mais profunda e, sobretudo, o restabelecimento da verdade em torno daqueles eventos.

Em primeiro lugar, é preciso dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não houve agressões físicas entre os estudantes e tampouco uso de armas, como a que foi aqui denunciada, o chamado "soco inglês".

Os problemas evidenciados durante a realização daquele conclave tiveram origem no inconformismo dos integrantes da chapa "Mão-de-Obra", derrotada pela perspectiva de vitória da

chapa "Revivendo", que possuía maioria do Plenário e cujos integrantes tiveram seus nomes impedidos de serem postos em votação para eleição da Diretoria Executiva.

É grave o tumultuamento de um processo que deve ser democrático, embasado, acima de tudo, no acatamento e no respeito aos primados do Direito. Grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se verifica que a ala descontente, além das matérias, já por receio de perder, promoveu o desaparecimento das identidades estudantis, das credenciais e da Ata dos trabalhos anteriormente realizados, onde se encontravam inscritos os acontecimentos das sessões. O deslance é ainda maior quando os próprios integrantes da referida ala, confirmaram o furto de todos esses documentos, numa fórmula descarada de subestimar os valores daqueles que se empenhavam no firme propósito da Democracia e do Direito do voto e da livre escolha.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é importante mencionar que esse Congresso, em que pese tumultuado, apresentou resultados dignos de menção, tanto por seu conteúdo quanto pela coragem que se edita. Nestas condições, devemos dizer que, por decisão dos congressistas, foi anulada a Portaria da UPES, foi eleita a cidade sede do VII COERES - Congresso Estadual de Representantes, recaindo a escolha em Nova Aurora, cassar o mandato da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da UPES, gestão 80/81, por infração ao Estatuto da Entidade, incluindo a não prestação de contas das atividades financeiras da entidade, aceitar a inscrição das Chapas para o Conselho Fiscal realizar as eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da UPES, gestão 81/82 e dar posse aos membros eleitos.

Citemos que tudo o que foi aprovado pelo COERES, que é órgão soberano em suas decisões, baseia-se no Estatuto da Entidade, que está vigendo, tudo lavrado em ata, com aprovação do Congresso e com registro em cartório.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, demos aqui uma sucinta informação a respeito daqueles acontecimentos.

Há muito mais coisas para serem relatadas, coisas muito mais graves. Oportunamente, voltaremos ao assunto, para que esta questão fique definitivamente esclarecida e que não paire dúvidas a respeito da idoneidade e do comportamento dos estudantes que, tão galhardamente, organizaram e deram sentido de ampla participação democrática ao Congresso Estadual de Estudantes de primeiro e segundo graus, na cidade de Paranavaí.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A ironia tem tomado conta do nosso cotidiano brasileiro. Hoje, é o "Dia do Professor", cinco dias após a sua greve e há 12 dias após sofrerem a violenta repressão do Estado, durante suas manifestações por melhores salários e educação de melhor qualidade.

Nesse dia em que o professorado paranaense, ao invés de comemorar, trabalha para repor aulas, e consciente de que desmascarou o caráter deste regime, só temos a lhes dizer, como companheiros de luta, seu movimento deve continuar, e sabemos, continua.

No interior, grupos de professores discutem, se reúnem em várias regiões para prepararem uma nova fase para a sua caminhada, uma nova fase que será enriquecida com aprendizado que a luta traz, porque é neste fogo que se formam os grandes combatentes.

Professores, sua luta é contínua. As mudanças não se dão apenas na primeira ou sequer, na segunda batalha, a luta pela mudança radical, aquela que a educação necessita, aquela que a sociedade almeja, será conquistada quando a unidade de pensa-

mento e ação nortear o caminho. Hoje portanto, é dia de luta sem comemorações.

Estou encaminhando à Mesa, através desta tribuna, Senhor Presidente, requerimento assinado pela Bancada do PMDB requerendo voto de regozijo desta Assembléia aos professores do Paraná, pela passagem do seu dia.

O pedido de um voto de regozijo desta Casa, pela passagem do Dia do Professor, nem necessitaria de justificativa, tal a importância desta categoria para o conjunto da sociedade, mas acreditamos que neste ano, este voto deve se constituir também numa forma de demonstrar aos mestres que este Poder reconhece que além de seu papel, eles hoje são vítimas de um processo que lhes tirou os direitos mínimos de compensação salarial justa, de respeito pelas autoridades constituídas, o que ficou largamente demonstrado nos dias de greve que agitaram esta Assembléia e todo o Estado.

Acreditamos nós do PMDB que os professores devam receber este voto de regozijo porque nos deram lições importantes de postura democrática, de dignidade, de disposição de luta para fazer valer não só os seus interesses, mas de toda a sociedade paranaense, contra a violência e o arbítrio se mantiveram firmes para conquistarem melhores condições de vida e de trabalho e mais, por melhores condições para a educação, tão degradada pela redução de verbas, pela decisão política de fazer da educação uma atividade não prioritária para o País e para o Estado.

Este conteúdo da nossa proposição, proposição da Bancada do PMDB aos mestres do Paraná, devemos reconhecer seu importante papel também no que diz respeito a sua disposição de fazer de nossa sociedade, mais justa, mais digna, liberta dos interesses tão vis e tão mesquinhos que fizeram da educação e dos professores, funções degradadas.

Era isso, Senhor Presidente.

Encaminho à Mesa o requerimento da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É grande a preocupação de todos os municípios brasileiros, com referência aos novos índices do Fundo de Participação dos Municípios. E numa visita em que fiz há 15 dias, na região do Vale do Ivaí, participando de uma reunião da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, pude sentir de perto a preocupação dos prefeitos com os novos índices, que vem diminuir a arrecadação, quando nós estamos vendo que de ano para ano os encargos sociais para os municípios são cada vez maiores.

(Lê). "Se está constatado que os 65% da população que possuíamos na zona rural e 35% na urbana em 1970, inverteu passando em 1980 para 40% na zona rural e 60% na zona urbana, se está constatado que para o Governo atender no campo social, é muito mais barato, no interior do que na Capital ou nos grandes centros. Por que não prestigiar o interior e especialmente aquelas cidades que proporcionam melhores condições à sua população, de estar ligada à agricultura?

Vamos aos fatos: - na minha região Vale do Ivaí, levantamento em 19 municípios, dos novos índices do F.M.P. pudemos verificar que além dos prejuízos com a queda de nossa população de 615.769 habitantes para 432.090 habitantes, foram os municípios prejudicados nos seus índices mesmo tomando por base a população atual, comparando a tabela de 1981 com a de 1982, vamos encontrar um índice menor pela tabela de 1981. Trazendo com a tabela de 1982, índice menor para a maioria dos municípios que passam a receber, em 1982, Cr\$ 142.872,50 a menos do que deveriam receber quando, na

realidade, deveria aumentar pelo menos 100%, já que esta receita representa 50% da arrecadação dos municípios. Se uma escola que mantém em uma sala de aula 40 alunos e cai no seguinte para 30, a despesa na escola é a mesma, não podendo portanto levar em consideração só o fator população. Que os tecnocratas procuram iludir com criação de nova tabela que não justifica. Se dizem que atenderam 150 municípios como alegam, não fizeram mais do que a obrigação, mas não tirando de outros ou beneficiando indiscriminadamente municípios com população superior a 156.216 habitantes, quando todos sabemos ter hoje uma arrecadação superior à anterior.

E o custo de vida, a inflação superior a 100%. Como um município pode sobreviver com uma elevação de 3,2% como é o caso de alguns?

I — A previsão das Cotas-Partes do F.P.M. segundo as faixas populacionais fixa o coeficiente de 0,6 até 10.188 ha, após essa faixa populacional até 156.216, verifica-se a redução de 0,2 em todas faixas, que de acordo com o Decreto 1881, de 17/08/81, estabelece o coeficiente máximo de 3,8. Após essa faixa, 4% atingindo cinco municípios. Cascavel, Guarapuava, Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Essa redução acarretará sensível diminuição na arrecadação de inúmeros municípios que terão as suas programações comprometidas em decorrência desse fato.

Torna-se premente que se estude uma modificação dos critérios de distribuição do F.P.M., assegurando-se, como parâmetro básico no mínimo, os índices inflacionários do período, ou seja, os municípios teriam como assegurado um aumento na sua participação por conta dessa fonte de receita de no mínimo o valor inflacionário ocorrido no período, embora reduzindo o seu coeficiente.

II — Outros aspectos que poderiam ser analisados dizem respeito ao Fundo de Reserva Especial criado pelo Decreto-Lei n.º 1434, de 11.12.79, que destina aos Estados das Regiões Norte e Nordeste 20% dos recursos do F.P.E.

Esse Decreto-Lei possibilita o aporte significativo de recursos aos Estados das Regiões Norte e Nordeste por conta dessa fonte de receita em detrimento a uma participação mais equânime aos seus próprios municípios e demais municípios brasileiros que viram as suas receitas reduzidas até mesmo abaixo da inflação vigente. Faz-se até mesmo, como prática social, que melhor se analise o espírito distributivo dos recursos do FPM.

III — Outro pormenor que deve ser analisado é a participação de 10% aos municípios das Capitais dos Estados no F.P.M. tratada no Ato Complementar n.º 35, de 28.02.67, e 90% para dividir por 4.000 municípios brasileiros.

Os investimentos da União e dos Estados concentram-se nos municípios das Capitais dos Estados, não justificando o repasse atribuído por esse Decreto-Lei.

Ao Paraná que exportou dois bilhões e meio de dólares em 1980 e importou menos de quinhentos milhões de dólares, porque não receber um atendimento condizente, que poderia ser através da destinação do fundo especial de 2% criado pelo Decreto-Lei n.º 1434, de 11.12.79, compensando os pequenos e médios municípios que não tiveram um reajuste de acordo com os índices inflacionários."

Sr. Presidente, encaminhei à Mesa um requerimento formulando apelo aos Ministros da Fazenda e Planejamento, para que estudem esta matéria.

Enquanto todos nós discutimos e falamos da necessidade da reforma tributária, de uma legislação que venha dar mais condições, mais autonomia e independência aos municípios brasileiros, e que só se fala mas nada de positivo até agora pudemos verificar, é preciso que se faça justiça naqueles recursos mínimos que a União dispensa aos Estados e aos municípios. Fazendo justiça, esses 2% reservados para o Fundo Especial, que hoje é distribuído na região do Norte e Nordeste, dê também oportu-

nidade àqueles municípios brasileiros que não alcançaram reajuste, equivalente ao índice inflacionário. Verificamos na tabela distribuída, e pelo levantamento feito pela FAMEPAR, no Estado do Paraná, existem municípios com acréscimos de 600%. Mas que na realidade não foi acréscimo. Esses municípios já não recebiam praticamente nada. Recebiam três milhões e pouco por ano. Com este acréscimo, passam a receber, pouco mais de vinte milhões. Então nada de novo se trouxe, simplesmente foi feito justiça, àqueles municípios que nada recebiam. Se fizeram justiça pagando aqueles municípios, mas injustiça fizeram tirando daqueles que já tinham dificuldades em manusear os seus poucos recursos para encargos sociais, com a distribuição. É preciso então, que o Governo lance mão de outros meios, dando recursos, para que os municípios sejam melhores atendidos.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Popular.

Com a palavra o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná está sendo vítima de sucessivas calamidades, que repercutem diretamente sobre sua economia. Tivemos, em julho, violentas geadas, acreditando-se que, com relação aos seus efeitos, hajam sido mais intensas do que as de 1975. Culturas de café, soja, mamona etc. sofreram cruelmente, e o pasto ficou praticamente dizimado, com evidente prejuízo à pecuária. A estiagem vem se prolongando, há muitos meses, o que ocasionou a suspensão da concessão de financiamentos agrícolas e a paralisação quase total das semeaduras, pelo fato de se perderem as sementes na terra quente e seca. A terceira calamidade se originou do fogo, que atingiu proporções extraordinárias, em quase todo o Estado.

O nosso caboclo tem o vazo de promover, em agosto, a queimada, como passo inicial de preparação da terra para cultura. Já, de si, a queimada é extremamente perniciosa, porque consome o húmus, que a natureza levou séculos a fabricar. O solo calcinado contribui para a extinção dos mananciais e para a desertificação progressiva do País. A lixívia encobre, com o tempo, a terra, outrora fértil, com espessa camada de salitre. A água de chuva não penetra no subsolo, para irrigá-lo, e provoca as enxurradas, responsáveis, inclusive, pela erosão.

Agricultores e pecuaristas mais esclarecidos preferem o recurso à queimada, porque mais rápida e porque mais econômica. Não se conscientizaram ainda sobre a nocividade da ação do fogo. Pouco se lhes dá legar às gerações futuras um mundo em escombros, com o seu ecossistema inteiramente destruído.

A imprevidência e o desamor à natureza ocasionaram, este ano, desastre maior.

Costuma-se providenciar a feitura de aceiros, antes de uma queimada. O aceiro é a faixa de terra que, com largura variável, é despida de qualquer vegetação, para que não sirva de combustível e, assim, não permita que o fogo se propague além dos limites desejados.

Este ano, porém, os fortes ventos, aliados à negligência cabocla, resultaram no alastramento incontível do fogo.

Muito sitiante e arrendatário deixaram de fazer os aceiros aconselháveis, e, ainda assim, deram início às queimadas. O fogo não respeitou nada, e invadiu propriedades vizinhas, indo provocar devastações irreversíveis em vastas regiões do Estado.

Há a suspeita, por outro lado, de que alguns incêndios foram propósitos, de origem simplesmente criminosos. Propalam

uns que o PROAGRO cobriria lavouras de parco rendimento. Acusam outros que reflorestadoras estariam interessadas em ocultar a não execução de projetos florestais devidamente financiados com incentivos fiscais.

Procedentes ou não as suspeitas, verificamos, com apreensão e tristeza, que o Paraná está despreparado para uma conjuntura difícil, como esta, dos incêndios generalizados.

O nosso Corpo de Bombeiros, apesar da dedicação e do espírito de sacrifício dos que o compõem, não supera, com o treinamento profissional, as deficiências, em homens e em material, para a cobertura do Paraná inteiro. Tivemos, por exemplo, a demonstração de valor dos bombeiros de Londrina, convocados para o duro combate às chamas em Ortigueira. Esforço heróico, mas não de todo frutífero. Enquanto isso, todo o resto, vitimado pelo fogo, ficou à mercê, com gravíssimos prejuízos em destruição de culturas, de casas e de criações. Estamos informados que, na reserva indígena de São Jerônimo da Serra, pereceram carbonizadas duas crianças kaingang, cinco ranchos transformados em cinzas, depois de prado e mata terem sido devorados pelo fogo. Só no Distrito de Terra Nova, daquele município, mais de cinco mil alqueires com reflorestamento de pinus e eucaliptos, com culturas de café, feijão, milho, mamona, mandioca e frutas, e com criação de gado, viraram um braseiro único, a intoxicar a disseminada população com a fumaceira de vários dias de duração.

Noticia-se que cerca de 37 mil hectares de áreas reflorestadas foram convertidas em cinzas. São alguns milhões de árvores reduzidas a pó, e são muitos outros milhões de árvores tisanadas pelo fogo, mas ainda industrialmente aproveitáveis, desde que aproveitadas até o prazo máximo de um ano. Sabe-se, no entanto, que poderosa indústria de papel e celulose, a maior consumidora de madeira como matéria-prima, em virtude de dificuldades de ordem principalmente financeira, se viu compelida a desativar duas seções de produção, e, em consequência, a reduzir as cotas de fornecimento por parte das empresas reflorestadoras. A redução ocorreu muito antes do Paraná haver sido incendiado.

Após a devastação sofrida, as empresas reflorestadoras têm urgente necessidade de abaterem as árvores atingidas, sob pena de, decorrido o prazo de um ano, verem-nas completamente inutilizadas, tornando-se, portanto, total o prejuízo. E, justamente em situação tão difícil, as cotas de fornecimento à indústria se reduzem drasticamente, quando deveriam ser generosamente ampliadas.

Temos de considerar, em primeiro lugar, que os incentivos fiscais para o reflorestamento advêm da economia popular, e, que o desperdício de tão abundante matéria-prima representa grave lesão aos interesses da economia nacional. Não podemos esquecer, em segundo lugar, que o papel e a celulose também são produtos de exportação, além do abastecimento do mercado interno, e geradores de divisas. A queda em sua produção quer dizer, automaticamente, queda no volume de moedas fortes carreadas para o nosso País. Em terceiro lugar, a falta de amparo às reflorestadoras, em razão da retração do mercado consumidor das matérias-primas que elas oferecem, redundará no agravamento do problema social, pelo aumento do desemprego na área. São viveiristas, plantadores de mudas de essências florestais, machadeiros, que abatem árvores adultas, são transportadores e são operários na indústria que perderão o emprego, e que passarão a viver dias de angústia, de sofrimento e de fome.

Não obstante os incentivos fiscais que percebem, as empresas reflorestadoras consideram-nos de fato exíguos para a instauração de um perfeito serviço de combate aos incêndios nas matas homogêneas. O IBDF poderá exigir de cada uma delas, dentro da limitação dos recursos particulares disponíveis, uma infra-estrutura de combate aos incêndios, com equipes de homens, em permanente vigilância durante vinte e quatro

horas por dia. É o mínimo que as reflorestadoras poderão fazer, para evitar a repetição do doloroso fato recém-acontecido em quase todo o Paraná.

A verdade, entretanto, é que, onde há reflorestamento, significando riqueza, cumpre ao IBDF dar-lhe assistência mais adequada e mais eficaz. Nos Estados Unidos da América do Norte e em outros países adiantados, o Poder Público se incumbem da proteção às florestas naturais e artificiais. Torres de vigilância, com pessoal especialmente treinado, funcionam noite e dia, dando o alerta ao menor indício de fumaça. O alerta mobiliza, incontinenti, carros-tanque, homens devidamente instruídos, e até helicópteros. O fogo é debelado, sem maiores prejuízos.

É claro que a implantação de tal sistema de proteção implica em pesados investimentos em homens e em materiais, o que os torna inviáveis para uma empresa reflorestadora. Daí, a ideia do Governo do Estado, em convênio com o IBDF, ampliar, adestrar e equipar convenientemente o Corpo de Bombeiros, com sedes em regiões estratégicas, a fim de que não tenhamos de suportar novamente o pânico e as profundas lesões ao patrimônio público e privado, oriundos de incêndios casuais ou premeditados.

Com o alevantado propósito de bem servir o Paraná dirigimos ao seu Governo caloroso apelo no sentido de que, em vez da dispendiosa e inócua propaganda na televisão, aplique tais verbas na admissão de mais soldados do fogo, no treinamento técnico destes, na instalação de sedes regionais bem equipadas do Corpo de Bombeiros e na aquisição de todo o material exigível, inclusive na aquisição de aviões, de helicópteros especiais, para o atendimento das emergências futuras que venham a surgir.

O nosso caloroso apelo se estende também à alta direção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal para que se entrose e para que colabore, técnica e financeiramente, com o Governo do Estado, dentro de uma política de prevenção e de combate ao fogo nas florestas.

Submetemos, portanto, à consideração desta Casa, que comunga dos nossos mesmos alevantados propósitos, duas proposições, sugerindo, ao Governo do Paraná e ao IBDF, a multiplicação de guardas-florestais e de bombeiros, que assegure a preservação das incomensuráveis reservas florestais de que dispomos. (Lê):

“PROPOSIÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que a floresta, natural ou artificial, além de sua função de proteção aos “ninhos ecológicos”, constitui um bem econômico, por sua condição de fornecedora de matérias-primas ao parque industrial brasileiro,

CONSIDERANDO que, tendo reconhecido, embora tardiamente, sua necessidade, o Poder Público tem incrementado o reflorestamento, através de incentivos fiscais, concedidos pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal,

CONSIDERANDO que os incentivos fiscais advêm de tributação paga pelo contribuinte, em todos os níveis, e não podem ser malbaratados por sua má aplicação e pela destruição, inesperada e anti-econômica, dos dispendiosos reflorestamentos,

CONSIDERANDO que, em virtude do desmatamento indiscriminado, a estiagem passou a ser fenômeno mais freqüente e mais demorado;

CONSIDERANDO que, em certas épocas do ano o nosso caboclo promove a “queimada”, como método mais rápido e menos trabalhoso de preparação da terra para a agricultura,

CONSIDERANDO que a falta de cuidado na “queimada” e que a prolongada estiagem transforma o vegetal ressequido em fácil material comburento, o que origina o alastramento do fogo por extensas áreas, com a destruição de lavouras, pasta-

gens, casas e criações;

CONSIDERANDO que, tal qual ocorreu em 1963, e que veio a ocorrer em 1981, o fogo produz graves prejuízos à economia pública e privada, afora o iminente risco de vida às pessoas,

PROPÕE que o Governo do Estado do Paraná assine convênio com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal visando a ampliação e o adestramento do Corpo de Bombeiros, com instalações adequadas em zonas estratégicas, ou crie um órgão especializado, com caminhões-tanque, aviões e helicópteros, para o combate ao fogo nas florestas do território paranaense."

A outra proposição está assim redigida: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que a floresta, natural ou artificial, além de sua função de proteção aos "ninhos ecológicos", constitui um bem econômico, por sua condição de fornecedora de matérias-primas ao nosso parque manufatureiro;

CONSIDERANDO que, tendo reconhecido, embora tardiamente, sua necessidade, o Poder Público tem incrementado o reflorestamento no País, através de incentivos fiscais, concedidos pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal,

CONSIDERANDO que os incentivos fiscais advêm de tributação paga pelos contribuintes, em todos os níveis, e não devem ser malbaratados por má aplicação ou pela destruição dos reflorestamentos financiados;

CONSIDERANDO que, em virtude do desmatamento indiscriminado, a estiagem passou a ser fenômeno freqüente e persistente,

CONSIDERANDO que o nosso caboclo promove a "queimada" em certas épocas do ano, como método simplista e barato de preparação da terra para a agricultura;

CONSIDERANDO que a "queimada" sem cuidado, ajudada pela seca, causa o alastramento do fogo por extensas áreas com prejuízo de plantas, animais e benfeitorias,

CONSIDERANDO que o alastramento do fogo provoca lesão grave à economia pública e particular, e que, por isso, deve ser impedido,

PROPÕE a título de sugestão, que a alta e esclarecida direção do IBDF promova convênio com o Governo do Estado do Paraná no sentido de adestrar e equipar convenientemente o Corpo de Bombeiros já existente, ou de criar órgão novo especializado de combate ao fogo nas florestas, bem como sugere o urgente estudo de medidas práticas para o atendimento das essências florestais atingidas pelos incêndios, durante o último mês de setembro, e que poderão ser ainda industrialmente aproveitadas, com fornecimento de recursos às indústrias que possam adquiri-las para consumo.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1981.

a) EDILSON ALENCAR"

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário. — (Declina).

Consulta à Liderança do PMDB.

No horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Nelson Friedrich, Líder do PMDB, está acompanhando, neste momento, as pessoas envolvidas neste relato que faremos, está na Delegacia Regional do Trabalho, tentando encontrar meios legais para resolver o caso.

Falo, portanto, em nome da Liderança do PMDB.

"Diz-se que uma sociedade se caracteriza, antes de tudo,

pelas relações entre os homens que dela fazem parte para produzir. E tão mais avançada e mais democrática ela será, quanto mais os trabalhadores tenham alcançado em direitos, quanto mais tenham conquistado em autonomia e liberdade na perspectiva da defesa de seus interesses até a sua plena emancipação.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Se avaliarmos a sociedade em que vivemos, segundo esse critério, teremos a certeza de que na realidade estamos na pré-história, sob as condições de barbárie, da exploração mais cruel do capital sobre o trabalho, em que não são respeitados os direitos mínimos que seriam concedidos a qualquer trabalhador em qualquer democracia.

Respaldo esta minha afirmação com a exposição de uma situação que considero exemplar. Os trabalhadores nas indústrias de alimentação de Toledo se viram esbulhados, vítimas de pressões e imposições absurdas, desde que decidiram organizar a sua Associação.

Vamos aos fatos.

A partir de maio de 1980, os trabalhadores das indústrias de alimentação de Toledo que comemoram o primeiro de maio e muito discutiram as afirmações do Papa João Paulo II em visita ao Brasil, decidiram iniciar o trabalho de organização de sua associação, primeiro passo para a construção de seu sindicato. Reuniram-se na Associação de Bairro Vila Pioneira e Boa Esperança. Logo viram crescer o interesse de todos os trabalhadores e uma firme disposição em lutar pelo sindicato. De pequenas reuniões, passaram a verdadeiras assembleias, sintoma mais forte de que a idéia calava fundo entre os operários da indústria de alimentação da cidade.

O entusiasmo aumentou ainda mais quando aquele movimento passou a receber demonstração de simpatia de outros setores da sociedade, entre eles a Igreja. E mais ainda quando alguns destes trabalhadores, indicados em reunião, participaram do Encontro das Classes Trabalhadoras - ENCLAT, que se realizou, como todos sabem, em Curitiba. Porque também cresceu a consciência da importância de se organizarem para lutarem unidos contra o grau de exploração a que são submetidos pelos monopólios.

Mas desde então, repetindo o que acontecia nos países mais avançados no século passado, iniciaram-se as pressões do capital para destruir este trabalho. Pressões sobre trabalhadores, ameaças de demissão, perseguição no trabalho aos líderes do movimento. Alguns trabalhadores se afastaram num primeiro momento. Mas a exploração é tanta, que todas as formas de pressão não foram suficientes para destruir o ideal de construir um sindicato representativo dos trabalhadores.

Mudou então a tática do monopólio, especificamente a empresa SADIA, que emprega a ampla maioria dos trabalhadores desta categoria na cidade. Passou a utilizar a pressão para orientar a organização do sindicato. Corrompeu, ameaçou e como resultado conseguiu organizar um pequeno grupo a seu serviço, interferindo diretamente no trabalho de organização da associação. E para isso utilizou seu poder econômico e todos os instrumentos de que dispõe. Sabe a SADIA que um sindicato é arma importante de defesa do trabalhador. E prefere o operário sem direitos, sem unidade, para ser explorado da forma mais bárbara.

Organizou uma chapa, com diretores e chefes de seção e passou a trabalhar para decidir a eleição a seu favor. Acabou manobrando para fazer a assembleia de constituição da entidade em seu ginásio de esportes, e nos dias que precediam o ato, intensificou a ameaça aos operários. Assembleia na propriedade da empresa SADIA, pressões, ameaças, estes os instrumentos do monopólio, do capital, contra os trabalhadores. Interferindo em seu direito de livre organização, no direito de construir um sindicato.

Nestas condições, a empresa impôs a eleição da chapa que queria. A Associação nasceu, marcada pela interferência vil. Mas

foi uma vitória. Hoje, os operários já têm seu órgão de representação e poderão pressionar a diretoria escolhida pela empresa a trabalhar em seu favor.

Mas que faz agora a empresa. Logo após a assembléia, a SADIA demitiu 12 operários que participaram da "Chapa Operária", da chapa dos trabalhadores. E promete a demissão de mais 100 operários que, sabidamente, apoiaram a chapa de oposição à empresa.

Este o absurdo, Senhores. Esta a imagem da barbárie que se impõem aos trabalhadores no País. Esta a democracia dos far-santes. Estas as condições que se exige que os trabalhadores aceitem neste País. Onde não se respeita nem o direito básico de reunião e organização. Onde se respeita apenas o direito do capital de explorar, impor, manipular, para retirar o máximo do trabalho.

Aqueles trabalhadores demitidos, em Toledo, porque participaram da chapa dos trabalhadores, são as novas vítimas de empresas como a SADIA. Como eles, Senhores, milhares são postos nas ruas neste País onde a ditadura se serve, à vontade, de todos os instrumentos, contra o trabalhador, que em sua defesa só pode continuar sonhando com a construção de seu sindicato, com a sua organização, para lutar para fazer deste País, um dia, uma Nação em que as bases da civilização democrática se imponham sobre a barbárie que hoje nos impõem empresas e dirigentes empresariais como os da SADIA, de Toledo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) -- Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. -- **Apoiado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. -- **Apoiado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 44/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 62/81, (Mens. Govern. n.º 68/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, e o Ministério do Trabalho, objetivando a realização da "II Feira Brasileira do Artesanato", no período de 10 a 19 de julho de 1981. -- **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 45/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 66/81, (Mens. Govern. n.º 73/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Clevelândia e Colorado, no valor de Cr\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil cruzeiros), objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros, nas sedes dos referidos municípios. -- **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 46/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 67/81, (Mens. Govern. n.º 74/81), que aprova os convênios celebrados em 20/07/81, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Cornélio Procopio e Pérola, objetivando obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios. -- **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 29/78, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Armando Soichi Iwaya, servidor público estadual. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 180/78, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública o "Centro Social de Butiatuvinha", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 33/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais João Paulo I", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 42/81, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que denomina "DEPUTADO ARNALDO FAIVRO BUSATO", o trecho da rodovia PR-182, que liga a sede do Distrito de Santa Teresa, ao Município de Cascavel, à sede do Município de Francisco Beltrão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 63/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI", da cidade de Verê - PR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 64/81, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que cria o Distrito Administrativo de Vida Nova, com sede na localidade do mesmo nome, no Município de Sapopema. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 68/81, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública a "Fundação Educacional 31 de Março", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 100/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Azul", com sede e foro na cidade de Rio Azul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 05/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 10/81), que subcreve aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel situado em Curitiba e de propriedade do Estado, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. -- Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS -- (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O presente Projeto de Lei n.º 05/81, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 10/81, solicita autorização desta Assembléia para subscrever aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, mediante a entrega de um imóvel de propriedade do Estado, Sr. Presidente.

Quando esta matéria se encontrava em segunda discussão,

anteriormente ocupamos a tribuna para levantar uma série de questões, de que, esta Casa não estaria em condições de votar este projeto de lei, porque estaria se dando autorização para o Governo entregar um imóvel, sem especificação de valor, de quantas ações ele iria receber, Sr. Presidente. Então, argüimos desta tribuna, a necessidade de se esclarecer, a esta Casa para que os Srs. Deputados, após receberem as informações, pudessem votar.

O Líder do PDS nesta Casa, o nobre Deputado Erondy Silvério, aceitando naquela oportunidade as nossas ponderações, solicitou que o presente projeto de lei fosse retirado de pauta para que os esclarecimentos viessem até esta Casa e os Senhores Deputados pudessem discernir corretamente e votar tal matéria, e estranhamos que esse projeto de lei tenha sido novamente colocado na Ordem do Dia e sem este Deputado e esta Casa ter recebido os esclarecimentos que se faziam necessários para o correto entendimento dessa matéria, porque argüimos naquela oportunidade, que qual o órgão que iria fazer a avaliação do imóvel, qual o tipo de ação que iria ser subscrita no aumento de capital, qual o prazo para a COHAPAR construir a sua sede própria, porque uma das finalidades é fazer com que ela tenha a sua sede própria, construindo neste imóvel que o Governo está entregando para subscrever o aumento de capital. Então, Senhor Presidente, nós estamos impossibilitados de deliberar sobre essa matéria e gostaríamos de ouvir o eminente Líder do Partido Situacionista nesta Casa, mas que no momento não se encontra presente, tendo em vista de que tal projeto de lei foi retirado da Ordem do Dia para que os esclarecimentos chegassem até esta Casa, e nós até esta oportunidade não o recebemos e estranhamos que tenha sido colocado na Ordem do Dia.

Então, solicito a Vossa Excelência de que se esse projeto de lei teria condições ou está em condições de ser votado por esse Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que o projeto se encontra em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Gostaria que Vossa Excelência me informasse se quando ele foi retirado da Ordem do Dia naquela oportunidade se consta algum registro a respeito para que viessem os esclarecimentos necessário para que o Plenário pudesse se definir.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado de que de acordo com o registro que a Mesa tem, o requerimento de Erondy Silvério foi aprovado, que requeria o adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei n.º 05/81, por cinco sessões. Transcorridas as cinco sessões, ele voltou para a Ordem do Dia.

Continua em discussão Projeto de Lei n.º 05/81.

Encerrada a discussão.

Em votação. — Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Três Senhores Deputados aprovam, seis rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 5/81.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 40/81.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 44, 76, 83 e 87/81.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100/80.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/81 e de Resolução n.ºs 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53/81.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1981 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Edilson Alencar e Nilso Sguarezi.

Às 16:30 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 95/79, que dá nova redação ao artigo 39 e seu inciso VIII e ao artigo 52, do Regimento Interno. (Comissão de Educação). — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 95/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — O artigo 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, passa a vigorar, em seu inciso VIII, com a seguinte redação:

"Art. 39 —

I —

II —

VIII — Educação,"

Art. 2.º — O artigo 52 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52 — A Comissão de Educação compete opinar sobre todos os assuntos concernentes à educação e à instrução pública e particular.”

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 70/80, que altera os parágrafos 5.º e 9.º do Art. 14, do Regimento Interno, que passa a vigorar conforme especifica. (Das licenças para tratamento de saúde dos Deputados. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 70/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E .

Art. 1.º — O parágrafo 5.º do artigo 14, do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 —

§ 5.º — A Mesa só convocará suplente da Legenda que tiver sido eleito o Deputado, quando este for licenciado por 120 (cento e vinte) ou mais dias, e deverá fazê-lo no dia da concessão. A licença não poderá ser renunciada pelo Deputado que a estiver fruindo antes do decurso de 2/3 (dois terços) do prazo pelo qual tiver sido concedida.”

Art. 2.º — O parágrafo 9.º do artigo 14 do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 9.º — Ao Deputado licenciado para tratamento de saúde serão pagas as partes fixa e variável do subsídio, vedando-se qualquer outro recebimento sob qualquer título.”

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 40/81, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, pertencente aos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola do Oeste, a fim de consultar a população, visando a criação do Município de Pranchita. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E .

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente aos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola D'Oeste, a fim de consultar a população sobre a criação do Município de Pranchita.

— “Tomando como ponto de partida, o extremo Oeste, linha seca do quilômetro 24, antiga divisa da Fazenda Giongo Canzi, onde a mesma parte da margem direita do Rio Santo Antônio, e deste ponto, segue-se no extremo Este, pela mencionada linha seca, que numa altura tem uma deflexão para a direita e segue até a cabeceira do Arroio Mico em confrontação com os proprietários rurais: Vitorio Roveda, Germano Giongo, Loreno Fassini, Etvino Riser, Adelino Rama, herdeiros de Leonardo Giongo, Irineu Sandri, João Rides, Atílio Nodari, Valeriano Magnani, Quintílio Giongo, Olívio Milani, Arlindo Vilani, Ottasir Pezzini, Danilo Giongo, Zenir Giongo, Irineu Valdecir Petri Machado, Jordano Forma, Daniel Sagrilo, Marco Deponte, Anil-

do Bonet, Luizinho Magioni, Elvo Bonet e herdeiros de José Canzi; e desta cabeceira do Arroio Mico, seguindo-se o mesmo abaixo, até sua foz no Rio Capanema, em confrontação com o Município de Pérola D'Oeste; e desta Barra, seguindo-se o Rio Capanema acima em confrontação com o Município de Ampère, até a embocadura do Rio Valdomeira e este, seguindo-se acima até suas cabeceiras e destas, seguindo-se por linha seca no extremo Sul, confrontando com os proprietários rurais. Alcides Geraldi e Pedro Correia, e por outra linha seca no extremo Oeste, com Pedro Correia, Roberto Felix Frizzo, Floriano Voiczik, João Pazza, Claudino Pazza e Gertun Bier; assim, chegou-se na cabeceira do Arroio Aurora, e seguindo-se pelo mesmo abaixo até sua foz no Rio Santo Antônio. Esta extensão da foz do Rio Valdomeira até a foz do Arroio Aurora, confronta com o remanescente do Município de Santo Antônio do Sudoeste, e da foz do Arroio Aurora, seguindo-se o Rio Santo Antônio abaixo confrontando com a República Argentina, até o ponto de partida, na linha seca, do quilômetro 24, antiga divisa da Fazenda Giongo e Canzi, na parte que atinge dentro do Município de Pérola D'Oeste.”

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 41/81, (Mens. Govern. n.º 59/81), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Diamante do Norte e Nova Olímpia, objetivando a execução de obras de controle da erosão nos referidos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 41/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E .

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados em 15 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Diamante do Norte e Nova Olímpia, objetivando a execução de obras de controle da erosão nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 42/81, (Mens. Govern. n.º 61/81), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a execução de obras constantes do Plano Metropolitano de Investimentos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 42/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E .

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, e os municípios adiante mencionados: Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras e Rio Branco do Sul, em 10/06/81, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba e São José dos Pinhais, em 11/06/81; Almirante Tamandaré, Araucária e Balsa Nova,

em 16/06/81, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, na execução de obras constantes do Plano Metropolitano de Investimentos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 43/81, (Mens. Govern. n.º 66/81), que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Indústria e Comércio, e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 43/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE.

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Município de Cândido Rondon, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 58/81, que extingue o Distrito Administrativo de Soares, do Município de Rio Azul. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 58/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — Fica extinto o Distrito Administrativo de Soares, do Município de Rio Azul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 80/81, que visa dar preferência às partes portadoras de deficiências físicas, nas repartições de atendimento externo ao público, dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 80/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — As repartições de atendimento externo ao público, dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, darão preferência às partes portadoras de deficiência física.

Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica às partes representadas por procuradores ou prepostos.

Art. 2.º — O descumprimento do estabelecido no artigo anterior, sujeita o servidor ou empregado responsável às penalidades previstas na Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1981.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 94/81 (Mens. Govern. nº 85/81), que fixa critérios especiais com vistas à revisão de proventos de funcionários inativos do Estado, disciplina a incorporação de vantagens e proventos de inatividade, e dá outras providências que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 94/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder na forma desta lei, a revisão de proventos de inatividade dos funcionários aposentados.

Art. 2.º — O funcionário aposentado em cargo de carreira que posteriormente tenha sido reestruturada terá seus proventos revistos com base no vencimento correspondente ao nível básico inicial da estrutura de carreira vigente em 1.º de janeiro de 1982.

§ 1.º — Se a reestruturação tiver ocorrido com a elevação da jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais, a revisão dos proventos de inatividade, para os que têm a incorporação de serviços extraordinários e RETIDE — regimento de tempo integral e dedicação exclusiva — far-se-á proporcionalmente à jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, asseguradas as vantagens especificadas no ato da aposentadoria.

§ 2.º — Em qualquer caso, quando tenha havido a incorporação de vantagens ao vencimento básico dos funcionários em atividade, deverão ser compensadas as mesmas vantagens, ficando vedada a percepção de vantagem calculada sobre igual vantagem incorporada ao vencimento.

Art. 3.º — Nos casos em que os funcionários dos cargos tiverem sofrido modificações, a correlação purada em face dos requisitos exigidos pelas respectivas leis que estabelecem tais modificações.

Art. 4.º — O funcionário aposentado com proventos calculados sobre vencimento de cargo em comissão que posteriormente tenha passado a integrar a simbologia Direção e Assessoramento Superior — (DAS), terá seus proventos revistos de acordo com o vencimento do símbolo DAS-5.

Art. 5.º — Fica resguardada ao funcionário já aposentado a melhor retribuição, entre a decorrente desta lei ou a da aplicação do artigo 15, da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Art. 6.º — O funcionário aposentado ou que vier a se aposentar compulsoriamente ou por invalidez, beneficiado na atividade pela gratificação de que tratam as Leis nºs 6.569, de 25 de junho de 1974 e 6.593, de 15 de agosto de 1974, terá a referida gratificação incorporada a seus proventos, pelo seu valor integral.

Art. 7.º — Os benefícios decorrentes dos artigos 4.º e 6.º, para os funcionários já aposentados, vigorarão a partir da data em que o requererem, com base nesta lei.

Art. 8.º — Os servidores com os direitos funcionais assegurados pela Lei nº 5.363, de 27 de julho de 1965, perceberão os vencimentos relativos ao padrão I, referência 01, Tabela II, do Anexo II, da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Art. 9.º — A incorporação de gratificações previstas na Lei nº 6.794, de 08 de junho de 1976, estende-se aos funcionários do Poder Executivo e do Tribunal de Contas que se enquadrem nas mesmas condições temporais aludidas no artigo 21, da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, uma vez preenchidas as exigências daquela lei.

Art. 10 — Os vencimentos dos cargos de Professor, da Parte Suplementar do Quadro Único do Poder Executivo, a que se

referem os incisos do artigo 34, da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, passam a ser fixados na forma seguinte:

I — Os dos incisos I e II, em valor correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento do Professor PA-1.

II — Os dos incisos III e IV, em valor correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do vencimento do Professor PA-1.

Art. 11 — Ressalvado o disposto no artigo 7º, os efeitos financeiros decorrentes da aplicação do disposto nesta lei serão

devidos a partir do dia 1º de janeiro de 1982.

Art. 12 — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

GABRIEL MANOEL — Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.